



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS SANTANA DE OLIVEIRA

**POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, GRUPOS MIDIÁTICOS E A OPINIÃO
PÚBLICA: uma análise dos editoriais da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo sobre a
“crise” venezuelana**

**JOÃO PESSOA
2020**

LUCAS SANTANA DE OLIVEIRA

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, GRUPOS MIDIÁTICOS E A OPINIÃO PÚBLICA: uma análise dos editoriais da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo sobre a “crise” venezuelana

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no formato de artigo científico como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Túlio Sérgio Henriques Ferreira

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048p Oliveira, Lucas Santana de.
Política externa brasileira, grupos midiáticos e a
opinião pública: uma análise dos editoriais da Folha de
S. Paulo e do Estado de S. Paulo sobre a "crise"
venezuelana / Lucas Santana de Oliveira. - João Pessoa,
2020.
40 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Assembleia Nacional Constituinte. 2. Venezuela. 3.
Política externa brasileira. 4. Mídia. 5. Opinião
pública. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II.
Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

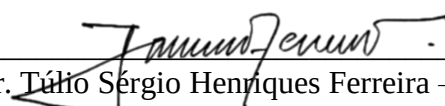
LUCAS SANTANA DE OLIVEIRA

“POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, GRUPOS MIDIÁTICOS E A OPINIÃO PÚBLICA: uma análise dos editoriais da Folha de São Paulo e do Estado de São Paulo sobre a "crise" venezuelana

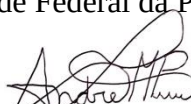
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado em: 03 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Me. André Mendes Pini
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

*À minha família, que de Curitiba emanou todo
o amor e sentimento de perseverança para a
conclusão desta caminhada;*

*À Beatriz Ribeiro Rocha, namorada e grande
apoiadora, que me concedeu força e coragem
nos momentos mais difíceis*

AGRADECIMENTOS

À minha família, cuja longa distância entre nós se converteu em esforços ainda maiores em promover apoio às minhas decisões.

À minha namorada, Beatriz Ribeiro Rocha, e à sua família, que me concederam todo o suporte quais mais precisei.

Ao meu orientador, Túlio Ferreira, que acreditou nas minhas potencialidades e investiu seu tempo e paciência na correção das minhas precipitações ou inseguranças em afirmar. Agradeço o seu trabalho e o aprendizado obtido, pois sei que, sem dúvidas, me auxiliou a estabelecer bases para o rigor acadêmico crescente.

A todos os professores do curso e àqueles que promoveram as monitorias das quais participei. É com prestígio que agradeço as experiências acadêmicas.

Aos amigos e companheiros de curso, que não só do compartilhamento de entendimentos me prestaram, como também de suas alegrias e estímulos que me cativaram ao longo de toda trajetória.

Direciono os meus mais sinceros agradecimentos aos aqui citados. Declaro que a convivência e a troca de experiência com todos foi um alimento ao espírito e à consciência. Entendi que nessa contínua jornada acadêmica o conhecimento demanda uma maturidade que se adquire aprendendo com os melhores e através da superação de si.

RESUMO

O artigo analisa a possível correlação entre os meios de comunicação, a opinião pública e a posicionamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil através da análise dos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo entre março e setembro de 2017. Tal período coincide com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela. Busca-se, assim, compreender as eventuais interações dessa triangulação no caso da crise venezuelana. Faz-se uso do método de estudo de caso devido à complexidade do tema e dos atores envolvidos. Tal método permite o uso de múltiplas abordagens metodológicas e métodos como o estatístico, aqui utilizado especialmente para compreender o resultado dos cruzamentos de dados feitos entre os subgrupos da opinião pública. Os principais resultados apontam para a existência de alinhamento nas considerações entre os tomadores de decisão, os grupos midiáticos avaliados e a opinião pública brasileira sobre a temática analisada, embora os incentivos e interesses que os mobilizam sejam diferentes. Conclui-se que o presente estudo de caso observa que não há uma abordagem monolítica do tema sob o olhar dos principais grupos midiáticos brasileiros. Neste sentido, novos estudos de caso sobre esses atores contribuiriam para aprofundar e expandir a análise sobre a estrutura midiática brasileira e seus impactos na política externa e opinião pública brasileira.

Palavras-chaves: 1. Assembleia Nacional Constituinte. 2. Venezuela. 3. Política externa brasileira. 4. Mídia. 5. Opinião pública.

ABSTRACT

The article analyzes the possible correlation between the media, public opinion and the position of the Ministry of Foreign Affairs of Brazil through the analysis of the editorials of Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo between March and September 2017. This period coincides with the convening of the National Constituent Assembly in Venezuela. Thus, it seeks to understand the possible interactions of this triangulation in the case of the Venezuelan crisis. The case study method is used due to the complexity of the theme and the actors involved. Such a method allows the use of multiple methodological approaches and methods such as the statistical one, used here especially to understand the result of the data crossing made between the subgroups of public opinion. The main results point to the existence of alignment in the considerations between the decision makers, the evaluated media groups and the Brazilian public opinion on the analyzed theme, although the incentives and interests that mobilize them are different. It is concluded that the present case study observes that there is no monolithic approach to the theme from the perspective of the main Brazilian media groups. In this sense, new case studies on these actors would contribute to deepen and expand the analysis of the Brazilian media structure and its impacts on Brazilian foreign policy and public opinion.

Keywords: National Constituent Assembly; Venezuela; Brazilian foreign policy; Media; Public opinion

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Análise de sentimento das manchetes	21
Figura 2 - Nuvem de palavras dos editoriais (Folha de S. Paulo)	22
Figura 3 - Nuvem de palavras dos editoriais (Estadão).....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contagem dos principais termos.....	17
Tabela 2 - Semântica da representação dos eventos e atores (Folha de S. Paulo).....	24
Tabela 3 - Semântica da representação dos eventos e atores (Estado de S. Paulo).....	26
Tabela 4 - Cruzamento de dados: tendências eleitorais e ideológicas e as perspectivas internacionais brasileiras.....	30
Tabela 5 - Cruzamento entre espectro político e renda familiar: há correlação?.....	30
Tabela 6 - Cruzamento de dados: espectro ideológico e o tratamento da opinião pública sobre a Venezuela.....	32
Tabela 7 – O interesse público e as preferências na orientação internacional.....	32
Tabela 8 – Tratamento dado a violação dos direitos humanos e a Venezuela.....	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A POLÍTICA EXTERIOR DO GOVERNO TEMER	15
3	OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: ANÁLISE DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO E DE O ESTADO DE SÃO PAULO.	19
4	A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA E A CRISE VENEZUELANA	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Robinson (2008) afirma que os formuladores de política, ao mesmo tempo que são criticados pelos meios de comunicação e pela opinião pública, também podem utilizá-los para justificar e legitimar suas diretrizes e ações políticas. Buscando compreender tal mecanismo de interação, o presente artigo debruça-se sobre as eventuais relações de mútua influência entre os meios de comunicações, a opinião pública e a Política Exterior do Brasil (PEB). Para tanto, analisa-se tais ‘atores’ na conjuntura da convocação e desdobramentos da Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela ocorrida entre março e setembro de 2017. A partir dos dados consultados, observou-se que parcela significativa da opinião pública brasileira considerou a instabilidade política venezuelana como ameaça. Fato que coincide com o posicionamento do MRE e o teor dos editoriais publicados pela *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* no período. Evidencia-se, portanto, que os dados denotam coincidência de humores e orientações, fatos que impõem ao pesquisador a busca por eventuais causalidades no processo de interação entre os atores. Com isso, pode-se trabalhar com duas linhas de hipóteses: 1) Apesar de os atores apresentarem tratamento semelhante à crise da Venezuela, seus interesses são divergentes e limitados por constrangimentos particulares ou 2) Pode-se observar, no processo, linhas de causalidade no processo interativo entre os atores, observando-se vetores de influência entre Política Externa, Meios de Comunicação e Opinião Pública. Para que se testem tais hipóteses, cada ator será analisado a partir do tratamento dado à crise venezuelana.

A metodologia utilizada para o estudo dos editoriais se baseia no campo da Análise do Discurso, no que permite evidenciar o posicionamento ideológico dos jornais e a formação discursiva dos mesmos quanto à política venezuelana. O processo de coleta dos editoriais ocorreu no acervo digital ¹de cada jornal, utilizando os meses de março até setembro de 2017 como recorte temporal, e utilizando o termo “venezuela” como critério de pesquisa. Foram também utilizados os programas *Atlas.ti* e a linguagem *R* para, respectivamente: 1) fornecer quadros cujos principais elementos discursivos identificam a finalidade de cada editorial; 2) e realizar uma análise de sentimentos com base nas manchetes dos editoriais. As nuvens de palavras, por sua vez, foram criadas no *WordClouds*². Também é utilizada a metodologia da

¹ “Acervo Folha” Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>> Acesso em: 01/09/2019; “Acervo Estadão” Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>> Acesso em: 03/09/2019

² Disponível em: <<https://www.wordclouds.com/>>

Análise de Conteúdo para o estudo discursivo sobre o MRE, além das entrevistas coletadas. Os discursos do MRE foram extraídos da Resenha de Política Exterior do Brasil, do primeiro ao segundo semestre de 2017, tendo por critério de seleção os discursos com o termo “venezuela”. As entrevistas foram realizadas com dois editorialistas da Folha de S. Paulo e com o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, onde foram produzidas questões que permitissem vislumbrar as interações entre os três atores avaliados. O presente trabalho faz uso do método de estudo de caso, devido à complexidade do tema e dos atores envolvidos, e do método estatístico para compreender o resultado dos cruzamentos de dados feitos entre os subgrupos da opinião pública. A fonte primária que contém os dados de opinião pública foi extraída da Pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo de 2019 (no prelo). Justifica-se o uso do presente método com base nas ideias de Bennett e Elman (2007), que admitem a importância do método do estudo de caso para o campo das Relações internacionais por possibilitar a integração de múltiplas abordagens metodológicas.

Os estudos sobre tal correlação de atores são parte de intenso debate relativo à Análise de Política Externa (APE) (XYDIS, 1960; COHEN, 1963; ROBINSON, 1999; HOLSTI, 2004; BAUM e POTTER, 2008; KIRKPATRICK, 2015; SHAPIRO e PAGE, 1988; MILLER, 2007). Abbas Malek e Krista E. Wiegand (1997) sintetizam os principais avanços teóricos acerca da relação entre mídia e política externa. Para eles, há três perspectivas principais que definem a influência da mídia como ator: ativo, neutro ou passivo. No caso brasileiro, pode-se considerar o sistema de mídia como ativo, pois se orientam com base nas elites da opinião pública e se opõem às classes políticas quando seus interesses políticos não são atendidos.

Quanto a vinculação entre política externa e a opinião pública, os primeiros estudos que examinam essa ligação, em sua grande maioria, derivam do contexto norte-americano. Segundo Knecht e Weatherford (2006), os eventos não-críticos raramente capturam a atenção pública de forma instantânea, além de serem específicos por dois fatores: devido à grande extensão temporal desses eventos, é normal que a atenção pública arrefeça constantemente; soma-se à crença pública de haver o distanciamento das questões não-críticas quanto a realidade comumente vivida. O primeiro período de análises corresponde ao consenso gerado no entre guerras e no pós-Segunda guerra, de 1940 a 1960, que recorre às análises de Walter Lippmann (1998) e Gabriel Almond (1950), e dessas observações surge o enquadramento da opinião pública como ator volátil em seu humor — vagando constantemente no espectro entre isolacionismo e internacionalismo — carente de estrutura nas suas manifestações, e, por

último, assumiu-se que a opinião pública não teria impacto na política externa (HOLSTI, 2004). Por outro lado, Shapiro e Page (1988) desafiam a tese da opinião pública americana volátil e flutuante.

Quanto à estrutura midiática brasileira, o processo de oligopolização caracterizou a imprensa nacional do século XX e XXI. Há poucos grandes jornais e, muitos, com especialização em públicos diferentes. Destaca-se, assim, que a mídia imprensa não é um meio de massa, senão veículo do seu nicho de leitores (SODRÉ, 1998). A justificativa, em termos de dimensão e alcance, para a escolha dos periódicos a serem analisados neste estudo, decorre de acordo com os dados avaliados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC): a *Folha de S. Paulo* obteve uma média de circulação de 132.866 jornais diários impressos em 2017, ocupando a terceira posição no mercado com 6,17%. O *Estado de S. Paulo* obteve a quarta colocação com uma média de 120.873 jornais impressos (5,61% do mercado). Dessa forma, esses são os dois periódicos paulistas com maior circulação impressa. Na Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, apenas 20% dos entrevistados realizavam leitura frequente de jornais em versão impressa. A renda familiar dos grupos com maior renda expressiva varia entre R\$8.800 e R\$17.600,00 e o que ultrapassa os R\$17.600,00, estes representam 48% e 53% dos leitores que se utilizam de assinaturas para ter acesso aos jornais diários. Somado a esta análise, dos 3100 entrevistados, os indivíduos com ensino superior incompleto representam 18% e com ensino superior completo configuram 35%. Deste modo, fica evidente que os estratos mais abastados da sociedade brasileira possuem maior acesso ao conteúdo de jornais diários pagos e, portanto, recebem o potencial impacto destes posicionamentos editoriais.

Ainda, para aclarar o sistema de mídia no Brasil, Azevedo (2006) utilizando modelo proposto por Hallim e Mancini (2004), conclui que este se adequa a um sistema mediterrâneo ou pluralista polarizado. Marca-se, assim, pelo monopólio familiar, propriedade cruzada na formação de grandes grupos midiáticos, pequena diversidade externa somada ao viés conservador, pouca circulação, baixo número de leitores e orientação para as elites. É nesse sentido que os periódicos de amplitude nacional merecem destaque neste estudo de caso, pois inquirir sobre o tratamento concedido por seus editoriais permite, além de extrair seu posicionamento ideológico, observar suas ferramentas discursivas e interesses associados, mesmo que involuntariamente, a grupos políticas brasileiras. Além disso, a opinião pública brasileira também emite suas noções baseadas em humores, sensibilidade esta que serve ao exame sobre o entendimento dos cidadãos sobre determinado fato histórico. No caso em tela, a

conjuntura da instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela em 2017. Segue alguns detalhes deste processo.

O ano de 2016 representa um marco na polarização extrema ocorrida no campo político venezuelano, com a coalizão de oposição *Mesa de Unidad Democrática* (MUD) na Assembleia Nacional. O *Tribunal Supremo de Justicia* (TSJ), por sua vez, tentou suspender as três candidaturas da oposição, efeito que poderia minar a maioria conquistada (CANNON e BROWN, 2017). Entretanto, o TSJ não anulou a Assembleia Nacional ou a imunidade parlamentar, mas algumas de suas sentenças lançaram as bases antecedentes para a decisão de Maduro em propor a ANC, visto que essa tentativa de insular o legislativo foram somadas a outras prerrogativas que aqueceram os protestos de 2016-2017 (LLORENS, 2018). No mesmo ano, a MUD iniciou debate interno que culminou com a proposta de referendo revogatório para a saída de Maduro da presidência. A MUD também se negou a participar das eleições da ANC, por considerar que o presidente não possui as prerrogativas constitucionais para convocar uma constituinte. Para eles, somente “o povo, através de referendo”, poderia decidir sobre o prelúdio de um processo constituinte. As alegações de inconstitucionalidade também estão presentes no debate acadêmico, especialmente nas vozes de Brewer-Carías (2017) e García Soto (2017) que consideram o processo como “fraudulento”.

Em resposta ao questionamento quanto à constitucionalidade do processo, a Sala Constitucional do TSJ esclareceu os artigos 347 e 348 da Carta Magna de 1999 a partir da sentença nº 378/2017 (SILVA, 2018).³ Na Venezuela, as normas de interpretação do direito estão presentes em seu Código Civil. O artigo 4 orienta a interpretação das leis para o seu teor literal com base nas intenções finais do legislador (SILVA, 2018). No caso dos artigos 347 e 348 da Carta, dispostos no capítulo 3 “*De la Asamblea Nacional Constituyente*”, os mais contundentes quanto a convocação da ANC, não há qualquer menção quanto a suposta “iniciativa de convocação” com base em referendo popular. Fica então evidente a ausência de qualquer menção a referendo como iniciativa de convocatória, não havendo brecha para

³ Tal sentença contou com quatro argumentos: 1) não fazia sentido convocar referendo com base na consulta feita em 1999, pois naquele caso, a Constituição de 1961 não previa dispositivos para a convocatória de constituinte; 2) a Carta de 1999 não fornece menções acerca da necessidade de referendo para convocação, ainda que houvesse proposta idêntica no processo constituinte do mesmo ano, concedida pelo constituinte Manuel Quijada, mas que foi anulada em segunda votação definitiva; 3) a Sala determinou que as circunstâncias provocadas pela crise política, permite ao governo estabelecer uma ANC com a finalidade máxima de unir a sociedade em torno de um novo contrato social; 4) por fim, admitiu-se que a soberania popular, reconhecida na Carta, não torna mandatório exercer a mesma de forma direta. Assim, os representantes podem aplicá-la indiretamente, como é o caso da prerrogativa do presidente em convocar a ANC descrita no artigo 348 (SILVA, 2018).

interpretações secundárias além do sentido literal explícito que outorga essa faculdade ao presidente em conselho de ministros. A diferença no uso do referendo entre o governo de Chávez e Maduro é evidenciado pelo contexto jurídico limitante predecessor a 1999. Assim, mesmo com a Constituição de 1961 não reconhecendo a possibilidade de convocatória de uma ANC, Chávez encontrou brechas no artigo 4 da mesma, para que pudesse empenhar seu projeto. No caso do governo Maduro, o artigo 348 da Constituição de 1999 já o contempla com a capacidade de convocar a ANC diretamente (SILVA, 2018).

Tendo sido apresentados de modo sucinto as bases teóricas e aspectos históricos do período a ser analisado, este artigo passa a analisar a interrelação entre os meios de comunicação, a opinião pública e a política externa brasileira. Para tanto, apresentará revisão de literatura, dados coletados nos editoriais da *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, pesquisas de opinião pública e documentos relativos à política exterior do Brasil. Este trabalho estará dividido, além desta introdução e das considerações finais, em 3 seções. A primeira seção fará a exposição dos princípios da PEB do governo Temer baseando-se em documentação primária e secundária. Posteriormente, na segunda seção, serão apresentados e discutido analiticamente os dados colhidos nos editoriais dos dois jornais acima referidos. Finalmente, na terceira e última parte, serão expostos os dados cruzados sobre a opinião pública buscando identificar possíveis equivalências ou incompatibilidades com os outros dois atores avaliados. Nas considerações finais, serão sumarizados e conjugados os principais resultados obtidos nas seções no sentido de validar ou descartar as hipóteses apresentadas no presente estudo de caso. Acredita-se que, de modo modesto, o estudo poderá colaborar com o debate sobre a mútua conexão e influência entre os meios de comunicação, opinião pública e a análise da política externa.

2 A POLÍTICA EXTERIOR DO GOVERNO TEMER

Ao longo desta seção, apresentam-se as principais características do governo Temer e seus preceitos de política externa, com destaque para o contexto regional latino-americano e suas relações com a Venezuela. O *corpus* aqui avaliado está constituído de quatorze discursos coletados no mesmo período dos editoriais a serem analisados na próxima seção. A revisão bibliográfica apresentada auxilia na composição do cenário geral e argumentos sobre os discursos e políticas apresentadas.

A ascensão de Michel Temer como Presidente interino, em março de 2016, lançou as bases para a chamada “nova política externa brasileira”. O controverso processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, considerado um ‘golpe’ parlamentar por parte dos analistas políticos, representa parte do processo de destruição da governabilidade do PT e, concomitantemente, da política externa de sua gestão. Ainda em 2015, o PMDB, ao anunciar sua “Uma Ponte para o Futuro”, defendia a retomada dos “valores tradicionais” da política externa e do acréscimo de esforços da diplomacia brasileira no campo econômico, com ênfase na consolidação de acordos regionais com os Estados Unidos, Ásia e União Europeia, sendo a participação do Mercosul uma preferência (DE MIRANDA, 2019).

A indicação de José Serra, candidato a presidente em 2010, para chanceler da gestão Temer indicava sintonia com as críticas do PSDB feitas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, reverberando a alegada predominância ‘ideológica e partidária’ na condução da política externa do governo Dilma (DE MIRANDA, 2019). Já nas eleições presidenciais de 2014, o candidato pelo PSDB, Aécio Neves, criticou a política externa, especialmente os investimentos em Cuba e os limites estabelecidos sobre a Tarifa Externa Comum do Mercosul (SARAIVA, 2020). Assim, a chegada de José Serra ao mais alto cargo da diplomacia brasileira indicou a retomada dos intercâmbios com parceiros comerciais tradicionais, refletindo o viés ideológico do PSDB. Seu sucessor, Aloysio Nunes, manteve as críticas sobre a alegada ‘partidarização’ da política externa durante o período petista.

O posicionamento crítico da UNASUL face ao processo de destituição da presidente Dilma Rousseff promoveu o distanciamento do governo Temer com esta instituição. Assim, houve clara preferência em recorrer à OEA no momento da crise venezuelana. Maria Rodriguez-Dominguez (2017) ressaltou dois pontos para melhor compreender a reorientação da política externa brasileira em torno da integração regional e o realinhamento com os Estados

Unidos: 1) a tentativa de bloquear o acesso a presidência *pro tempore* pela Venezuela no Mercosul; e 2) rearranjo de preferências, elevando a OEA como órgão de resolução de conflitos em detrimento da UNASUL.

As mudanças discursivas entre os governos Temer e Dilma concedem respaldo à crítica de Saraiva (2020), na medida em que a alternância na presidência implica reversão ou desafio aos preceitos da política externa, sendo esta não afetada exclusivamente por efeitos exógenos do sistema internacional. As manifestações críticas ao regime venezuelano ocorreram ao longo de todo o período aqui avaliado. Miranda (2019) afirma que as críticas do Brasil contra o regime venezuelano, por sua vez, poderiam insinuar uma tentativa de interferência ou “soar como um chiste, tendo em vista a fragilidade do governo Temer em termos de sua própria legitimidade.” (p. 133). Em teor discursivo, as declarações do Brasil, seja de forma unilateral ou multilateral, estão imbuídas de críticas e normativas para reverter a crise política que ocorre na Venezuela. Entretanto, o Mercosul e o Grupo de Lima propõem meios de não-interferência.

Ao mesmo tempo, os países do Mercosul consideram que os únicos instrumentos aceitáveis para a promoção da democracia são o diálogo e a diplomacia. O repúdio à violência e a qualquer opção que envolva o uso da força é inarredável e constitui base fundamental do convívio democrático, tanto no plano interno como no das relações internacionais (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2017, p. 130, grifo nosso).

O governo Maduro acentuou o fenômeno do insulamento hemisférico pelo qual sofre a Venezuela. Destaca-se um dos itens da Declaração do Grupo de Lima de 08 de agosto de 2017: “12. [Declaram] Sua decisão de não apoiar qualquer candidatura venezuelana em mecanismos e organizações regionais e internacionais” (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2017). A fim de manter a continuidade do tema regional de forma propícia e em conjunção com o distanciamento quanto as críticas ao governo, Miranda (2019) destaca que foi preferível a busca por negociações bilaterais e de aproximação no Mercosul, reiterando os intentos de livre-comércio. Entretanto, o apoio dos países do Mercosul às Declarações do Grupo de Lima propõe uma expansão desse argumento, mesmo com o distanciamento brasileiro em relação a UNASUL, o país também conseguiu emitir declarações conjuntas com a OEA em rechaço à ANC.

No *corpus* dos discursos extraídos da Resenha de Política Exterior do Brasil (2017), constatou-se que a primeira menção acerca da ANC só ocorreu no dia 06 de junho de 2017, um pouco mais de um mês após a convocação. A tabela a seguir evidencia alguns termos

importantes para a produção de inferências e melhor associar o conteúdo dos discursos com os resultados observados nas pesquisas de opinião pública e editoriais dos jornais:

Tabela 1 - Contagem dos principais termos		
<i>Termos Mencionados</i>	<i>Discursos em que contém</i>	<i>Total de menções</i>
"Lima"	3	7
"Mercosul"	5	20
"OEA"	1	4
"Constituinte"	8	14
"Direitos Humanos"	5	10

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos da Resenha de Política Exterior do Brasil (2017)

É importante destacar que a reorientação da política externa não produziu menções, nos discursos avaliados, acerca de partidização ou de conexões ideológicas que remetem a conduta dos governos de esquerda anteriores em relação à Venezuela. Em geral, os discursos se orientam na defesa da democracia e sua restituição perante a crise política, a proposição e manutenção do diálogo entre oficialistas e oposição, a solidariedade em meio a faceta humanitária da crise. Nesse sentido, uma das principais características discursivas do ministro Aloysio Nunes foi a de não se projetar sobre a política interna, concedendo a formulação da PEB especialmente aos grupos que se identificam com a corrente institucionalista do Itamaraty.

Nos discursos avaliados no *corpus*, não foram encontradas menções acerca da importância da mídia. Nesse sentido, foi utilizado o método de entrevista para destacar experiências do passado que, conseqüentemente, geram indícios a partir de um recorte histórico da relação entre mídia e política externa. A entrevista a seguir foi realizada com o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, no dia 27 de outubro de 2020:

Pergunta 1: Em sua opinião, os grupos de comunicação brasileiros são atores relevantes para a formulação da política externa?

Entrevistado: Essa é uma resposta simples: sim, são relevantes. Eles não determinam, no meu período não determinaram. [...] Eu tinha presente, o que a mídia poderia pensar e dizer, porque sabia que, por sua vez, tinham sua influência na política por outros meios, mas não era determinante de modo algum. Senão, seria tudo diferente, o Brasil teria feito uma oferta na ALCA. Nós teríamos caminhado em um sentido totalmente diferente, não teríamos feito os acordos que fizemos na América do Sul [...].

Pergunta 2: Na sua gestão, em um ponto de vista analítico mais amplo: qual a importância que o Itamaraty concede aos meios de comunicação e à opinião pública? O senhor

acredita que a imprensa brasileira exerce na opinião pública e que, esta mesma opinião pública teria um papel na legitimação de políticas?

Entrevistado: Acho que numa democracia você deve dar importância à opinião pública. Não vou entrar no lugar comum, onde precisa-se estabelecer a diferença entre opinião pública e opinião publicada. Mas, obviamente os jornais têm, eles possuem influência e isso é uma coisa que necessita ser considerada na execução. Eu volto a dizer: isso não foi decisivo em nenhum momento, em nenhuma orientação central da política externa, ou mesmo orientação lateral, mas na maneira de fazer, algumas vezes, sim. Eu me preocupava para que as coisas fossem apresentadas de uma forma mais aceitável para a mídia e diretamente para a opinião pública. [...] Você falou em interesses específicos dos meios de comunicação. Eu acho que há um interesse geral também, além do específico, é um interesse de classe, eles estão ligados a classe econômica brasileira dominante, que, por sua vez, estão ligados a interesses internacionais. [...] Havia uma carga muito pesada contra os países da América do Sul, em geral, principalmente quando eram governos progressistas ou de esquerda.

É importante destacar que o ex-ministro Celso Amorim exerceu atividade política em governos de esquerda, em oposição ao posicionamento dos ex-ministros do governo Temer. Entretanto, suas declarações quanto ao nível de influência da mídia e da opinião pública revelam elementos de suma importância para compreender a relação triangular entre os atores. Constatase que, embora não determinante para sua formulação, a mídia e a opinião pública geram a preocupação sobre como será apresentado os *outputs* da política externa. Amorim (2020) também evidencia a relação classista que os grupos midiáticos brasileiros possuem, destaque este que se soma aos dados anteriormente apresentados. Além disso, o que Amorim afirma ser uma “carga muito pesada” sobre os temas da América do Sul nas últimas duas décadas, corresponde à abordagem crítica adotada pelos editoriais da *Folha* e do *Estado de S. Paulo* no caso da Venezuela. Dessa forma, entende-se que a política regional latino-americana, em sentido geral, não constitui pauta de interesse para esses periódicos.

3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: ANÁLISE DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO E DE O ESTADO DE SÃO PAULO.

De início, importa destacar que a construção do discurso desses jornais e da política externa brasileira são processos históricos e não um mero produto preconcebido. Sendo assim, o recorte temporal estabelecido compreende apenas uma pequena parcela do sujeito avaliado, porém já refletem um estado avançado de construção de representações e identidades (ACHUGAR, 2004). Pretende-se, então, apontar uma das grandes estratégias discursivas dentro dos debates ideológicos, a manipulação da realidade, através do uso lexical que contribua para a formação de uma narrativa positiva em relação ao emissor da comunicação.

A construção dessas identidades constituídas são partes que compreendem ideologias de poder e solidariedade. (HODGE e KRESS, 1993, *apud* ACHUGAR, 2004). A presença da solidariedade está presente no discurso a partir de enfoques que esmorecem as diferenças e os conflitos de interesse com base nos elementos que aproximam o emissor e receptor. O discurso de poder, por sua vez, reflete o oposto da solidariedade, no que exacerba as diferenças e condena crenças e atitudes. A combinação dessas ideologias assenta e balanceia as diferenças para corresponder aos interesses almejados. Neste sentido, a análise dos editoriais pretende destacar os discursos ideológicos presentes e avaliar, comparativamente, com os discursos, notas e entrevistas divulgadas na Resenha de Política Exterior do Brasil do 1º e 2º semestre de 2017.

Quanto ao corpus de editoriais há um desnível na contagem entre os jornais. No período avaliado, maio e setembro de 2017, a *Folha de S. Paulo* contém 5 editoriais, enquanto o Estadão apresenta 18. A maior concentração promovida pelo Estadão pode refletir maior necessidade em refletir sua posição política-ideológica em contrariedade com o que é apresentado pelos eventos da Assembleia Nacional Constituinte, além de estender o uso do tema para debater a agenda política doméstica. Por outro lado, a baixa produção da *Folha* reflete a decisão do corpo editorial em conceder menor grau de atenção à pauta por falta de interesse no debate, isto é, nos resultados gerados por ele. É importante destacar que grandes grupos de mídia como os aqui estudados representam a opinião de conglomerados de interesse por meio de alianças e que, portanto, isso configura fator imprescindível no cálculo da formação dos editoriais: seja na sobreposição dos acontecimentos do evento, na avaliação ou na conclusão baseada em um pragmatismo normativo (ACHUGAR, 2004).

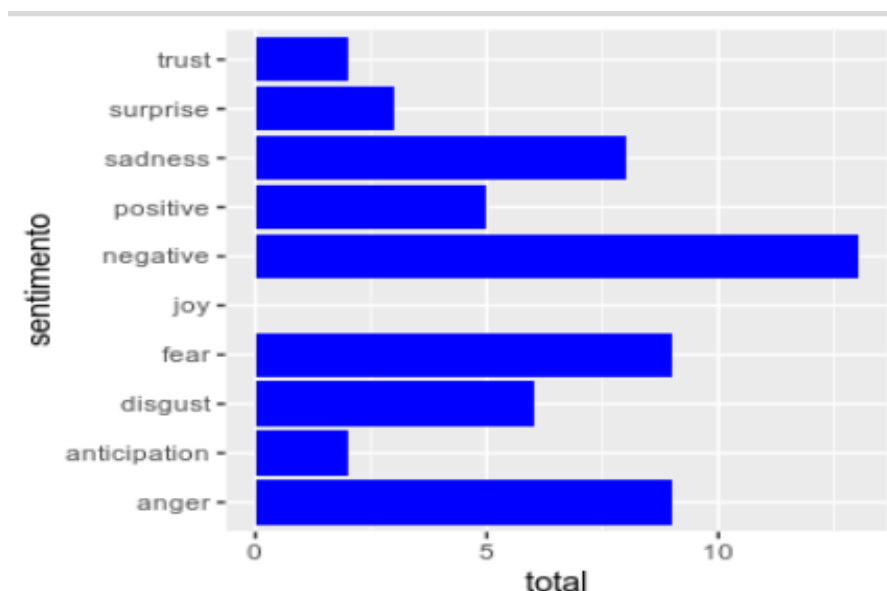
A obtenção do *corpus* deveu-se aos acervos digitais dos respectivos jornais a partir da busca pelo termo “venezuela” no período de tempo já descrito e nas seções de *editoriais* e *primeiro caderno*. Assim, também são examinados editoriais que lidam com o contexto amplo da política doméstica venezuelana, como também citações usando o termo “venezuela” em outros temas internacionais. Tal método serve como indicador para observar o interesse da grande imprensa brasileira sobre a Venezuela na medida em que tecem e relacionam comentários sobre o país em outros temas internacionais ou eventos político-partidários do Brasil. Mesmo com ambos jornais pertencentes ao mesmo conjunto ideológico, é possível observar diferentes tratamentos ao caso da Venezuela. Não somente na quantidade de editoriais, mas na forma de tratamento, seja no emprego da ideologia de poder com maior preponderância ou de solidariedade - além das variações no uso de temáticas internacionais a título de comparação com o contexto político-partidário brasileiro, nível este que difere entre os dois jornais.

Ambos jornais assumem que a solução para a crise venezuelana só ocorrerá através da restauração da ordem democrática, em consonância direta com as decisões firmadas pelo Brasil no âmbito do Mercosul com a aplicação do Protocolo de Ushuaia, e nas declarações conjuntas dos países no âmbito da OEA e no Grupo de Lima. As declarações contrárias ao regime madurista provenientes das grandes potências mundiais — Estados Unidos e União Europeia — colaboram com a ideia do isolamento diplomático venezuelano, com exceção a atenção dada pela Bolívia, China, Rússia e Cuba, como afirmam os jornais. Assim, de antemão é preciso destacar o diálogo entre as premissas editoriais dos dois jornais e o Ministério das Relações Exteriores. Quanto às declarações com intenções de uso militar norte-americano na Venezuela, o editorial do Estadão de 15 de agosto de 2017 (*De bandeja para Maduro*) considera a declaração do presidente Trump como “gesto infeliz” e trata essa possível medida como o principal argumento ou escusa utilizada por Maduro a fim de recrutar maior centralização política, tanto institucional como civil, com fim em si mesmo. De igual modo, o Estadão também considera que as sanções estadunidenses à compra de petróleo venezuelano só contribuem para oferecer um bode expiatório ao presidente Maduro (Editorial 26/07/2017). Os países do Mercosul e outros países latino-americanos, tais como Peru, México e Colômbia também repudiam qualquer intervenção militar na região, assim, as linhas editoriais dos jornais se vinculam com o tratamento dado não só pelo Brasil.

Ambos os jornais se utilizam da diferenciação ideológica do “nós” e os “outros”. Nesse sentido, o entorno discursivo sobre a ideologia de poder, anteriormente descrita, tem maior

profusão que a de solidariedade, na tentativa de aumentar o fosso entre o ideal e o indesejável. A análise de sentimento utiliza as manchetes de todos os editoriais de ambos jornais como base de dados, o que revela os seguintes resultados:

Figura 1 - Análise de sentimento das manchetes



Fonte: O autor (2020). Dados obtidos do Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* e Acervo Digital do *Estado de S. Paulo*

*Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>, <<https://acervo.estadao.com.br/>>

Foram utilizadas apenas as manchetes, pois, entende-se que o propósito das mesmas implica na síntese dos sentimentos analisados nos editoriais completos. O que se destaca na avaliação dos jornais é a maior concentração discursiva e paralelismo com o contexto político-partidário brasileiro; o nível de interesse em transportar os conflitos políticos venezuelanos para o cenário nacional, a fim de complementar a agenda contra a esquerda brasileira se utilizando de exemplos em outros países; além dos esforços em propor conclusões pragmáticas para os acirramentos na Venezuela.

As duas imagens a seguir exemplificam a primeira variável, isto é, o nível de retratação do contexto político nacional brasileiro. Observe a composição das nuvens de palavras entre a *Folha* e o *Estadão*, elementos como “Lula” e “petista” são apresentados na Figura 3, em contraste com o apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Nuvem de palavras dos editoriais (Folha de S. Paulo)



Fonte: O autor (2020). Dados obtidos do Acervo Digital da *Folha de S. Paulo*

*Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>.

Figura 3 - Nuvem de palavras dos editoriais (Estadão)



Fonte: O autor (2020). Dados obtidos do Acervo Digital do *Estado de S. Paulo*

*Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>

Dos cinco editoriais avaliados da *Folha*, três fizeram menções ao contexto político-institucional e político-partidário brasileiro. O jornal evidencia a repressão política e os efeitos socioeconômicos da crise para opor-se ao Partido dos Trabalhadores e ao conjunto da esquerda brasileira — que por si só não configura uma representação homogênea — visto que uma parcela dessas representações da esquerda apoia o governo venezuelano. Em uma das citações da *Folha* compara-se o efeito de “golpe” no cenário venezuelano a partir da Assembleia Constituinte de 2017, com o que foi categorizado pela esquerda brasileira como “golpe”, no caso do Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

A Venezuela segue representada por sua liderança carismática na figura do caudilho, em um discurso que assimila o regime chavista ao de Maduro, sem tentativas de distinção (Tabela 2). A Assembleia Constituinte, na visão da *Folha*, representa um instrumento institucional de perpetuação no poder, no que atende por “pretexto risível” e não mais do que uma “farsa”. As conclusões dos editoriais se alinham aos atos e declarações feitas pelo MRE, na medida em que os países da OEA e do Grupo de Lima se mobilizam a favor da prestação de assistência integral, mas também reafirmam que o ideal da retomada dos freios e contrapesos da democracia venezuelana só possa ser alcançados através da oposição venezuelana, sem ingerência externa e, portanto, distante das declarações bélicas norte-americana

A baixa produção de editoriais sobre o tema pode ser refletida nas palavras de dois editorialistas da *Folha de S. Paulo*, entrevistados em maio de 2020. Aqui serão identificados apenas como entrevistado 1 e entrevistado 2. As seguintes perguntas foram concedidas aos entrevistados:

Pergunta 1: “O Sr. acredita haver interesses políticos, econômicos e ideológicos dos grupos de comunicação no que tange à política externa do país? Julga que a imprensa brasileira exerce influência na opinião pública no que concerne à Política Exterior do Brasil?”

Entrevistado 1: “[...] Ideologicamente, pega mal na *Folha* um alinhamento automático com Estados Unidos e Israel — nesse sentido, me parece que a *Folha* tende a apoiar, de forma distante e não muito engajada, as posições dos governos brasileiros que antecederam Bolsonaro.”

Entrevistado 2: “Num sentido muito genérico, interesses políticos, econômicos e ideológicos afetam todas as ações de todos os atores. Nós não seríamos exceção. Como já disse, essa é uma área em que nossa influência, especialmente no governo Bolsonaro, é limitada, ainda que não nula.”

Tabela 2 - Semântica das representações dos eventos e atores (Folha de S. Paulo)

<i>Governo Maduro</i>	<i>Maduro e aliados</i>	<i>Relação com o nacional</i>	<i>Relativos a Constituinte</i>	<i>Conclusões pragmáticas</i>	<i>Oposição</i>	<i>Venezuelanos</i>
"regimes ditatoriais"	"China"	"PT e outros setores da esquerda" [02-08-2017]	"farsa"	"assistência integral"	"líderes opositores"	"catástrofe social"
"rota suicida"	"sindicatos"	"Quanto ao Brasil e à comunidade internacional, não parece haver, por ora, muito o que possam fazer para ajudar os venezuelanos." [06-05-2017]	"tresloucado arremedo"	"políticas de governo"	"dissidências"	"desemprego"
"repressão"	"Colegiado chavista"	"O Brasil e demais vizinhos também já rejeitaram a Constituinte." [20-07-2017]	"disparatada"	"venezuelanos decidam quando e por que meios se livrarão do regime" [06-05-2017]	"maioria"	"fluxo de imigrantes"
"desabastecimento"	"caudilho"	"Seu arremedo de Constituinte faz jus ao epíteto de golpe, termo infelizmente banalizado em arengas políticas no Brasil." [22-08-2017]	"golpe"	"novas eleições"		"a população mais pobre"
"agonia social e econômica"	"chavista"		"frente do chavismo"	"sem ingerência externa"		"agonia"
"golpe"	"autocrata"		"simulacro"	"freios e contrapesos da democracia"		"faltam alimentos e remédios nas prateleiras" [02-08-2017]
"rejeição"	"presidente da Venezuela"		"farsesca"			
"orientação ditatorial"	"minoridade"		"governismo"			
"deterioração institucional"			"pretexto risível"			

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos do Acervo Digital da *Folha de S. Paulo*, 2017.

*Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>

Pergunta 3: Sabe-se que a Venezuela enfrenta crise socioeconômica e política desde 2015. Como o Sr. julga a abordagem editorial dos grupos de comunicação brasileiros neste caso? Qual o posicionamento editorial de seu jornal e quais os motivos o levam a tal posicionamento? Poderia justificar, por gentileza?

Entrevistado 1: “A *Folha* demorou um tempo para considerar a Venezuela uma ditadura; houve divergências quanto a apoiar ou rejeitar o ingresso da Venezuela no Mercosul, tendo prevalecido, pelo que me lembro, a rejeição. Em outros governos de esquerda como os de Evo Morales, ou no Peru e no Equador, a atitude foi de bastante indiferença. Para falar francamente, na minha época só se faziam editoriais sobre isso quando faltavam temas mais candentes de economia, cotidiano ou política.”

Entrevistado 2: “Acho que, na linha geral, a abordagem dos jornais, de denunciar um governo que se tornou autoritário e antidemocrático, é correta. A *Folha* se inscreve nesse quadro.”

As informações concedidas pelos entrevistados confirmam o diálogo entre imprensa e opinião pública, que compreende o menor interesse por pautas internacionais em comparação com as domésticas, isso também explica a tendência por associar assuntos externos com a política doméstica. A equiparação entre os discursos do MRE e da *Folha* também é observada na fala do Entrevistado 1. A entrevista propõe outro posicionamento da *Folha*, não só de conceder críticas negativas às políticas brasileiras no contexto regional, o que foi destacado por Celso Amorim, como também a “indiferença” em alguns casos.

Em primeiro momento, observa-se que o maior acompanhamento editorial por parte do Estadão foi capaz de produzir mais substantivos para construir a identidade da crise venezuelana e de seus atores (Tabela 3). Ainda que a relação entre o total dos editoriais e os quais fazem menção ao contexto nacional brasileiro seja menor no caso do Estadão, as críticas são consideravelmente maiores, muito mais provocativas e envolve a descrição específica de alguns atores. A estratégia discursiva em citar o PT e a esquerda brasileira tem a intenção de recontextualizar ou de nacionalizar a crise venezuelana através do possível agravamento da instabilidade política brasileira caso ocorresse o retorno dos intentos progressistas ao poder. Dessa forma, o tema da crise não é apenas retratado por um ponto de vista, no que também acentua o significado desse evento para a construção intertextual entre a situação política local e narrativas internacionais (ACHUGAR, 2004).

Tabela 3 - Semântica das representações dos eventos e atores (Estadão)

<i>Governo Maduro</i>	<i>Maduro e aliados</i>	<i>Relação com o nacional</i>	<i>Relativos a Constituinte</i>	<i>Conclusões pragmáticas</i>	<i>Oposição</i>	<i>Venezuelanos</i>
"Ditadura"	"paramilitares chavistas"	"a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que, em nome do partido, manifestou solidariedade incondicional a Nicolás Maduro e apoio à farsa da "constituinte" [01-08-2017]	"chavista"	"fundamentos da democracia e da liberdade"	"imprensa livre"	"população"
"autoritário"	"milícia leal"	"Para o governo brasileiro, a iniciativa de Maduro "confirma a ruptura da ordem constitucional na Venezuela". [01-08-2017]	"perpetuidade do regime"	"saída pacífica"	"oposição"	"venezuelanos"
"repressão"	"asseclas"	"Mas Lula e o PT permanecem firmemente solidários ao governo de Caracas." [03-08-2017]	"assembleia"	"A punição só cessará quando se verificar "o pleno restabelecimento da ordem democrática" naquele país. Os chanceleres lembram no comunicado [08-08-2017]	"deputados da oposição"	"miséria"
"caos institucional"	"Cuba e Bolívia"	"Mas o fascínio do PT pela experiência venezuelana torna difícil imaginar que Lula esteja disposto a mudar seu discurso populista. A simples tentativa de implantar aqui um regime bolivariano golpeará fortemente a democracia" [03-08-2017]	"arremedo"		"dissidências"	"cidadãos"
"desmandos"	"Rússia e da China"	"A começar pelo Brasil, que ocupa a presidência do Mercosul e instou o governo Maduro a "libertar imediatamente López e Ledezma", lembrando que a medida foi tomada apenas "um dia depois de uma votação para eleger uma Assembleia Constituinte em franca violação da ordem constitucional venezuelana" [04-08-2017]	"golpe"		"maioria absoluta dos venezuelanos"	"imigrantes"
"desinformação"	"caudilho"	"E esse o "socialismo" do século 21 que os bolivarianos que ainda restam na América Latina e o PT e o PCdoB teimam em aplaudir." [04-08-2017]	"farsa"		"manifestações de protesto"	"refugiados"
"condescendência ideológica"	"presidente"	"Enquanto isso, esses mesmos petistas são capazes de defender a ditadura - sem aspas - de Nicolás Maduro na Venezuela" [08-05-2017]	"farsesca"		"líderes da oposição"	"pessoas"
"feição autoritária"	"coletivos chavistas"	"Nos tempos da diplomacia lulopetista, ditadores como Maduro eram tratados como queridos companheiros, pela simples razão de que se opunham aos Estados Unidos [08-05-2017]			"presos políticos"	
"simulacros de instituições democráticas"	"peões do tabuleiro"	"Somente a mediação de organismos multilaterais-como o Mercosul -pode representar alguma esperança de superação da grave crise política, econômica, social e humanitária por que passa o país." [08-07-2017]			"congressistas"	
"isolamento internacional"	"milicianos"	"[...] o caos na Venezuela tem levado grande número de venezuelanos a buscar refúgio no Brasil, como mostrou reportagem especial de Pablo Pereira, publicada no Estado" [16-06-2017]			"militares e policiais descontentes"	
"governo ditatorial"	"milícias paramilitares chavistas"	"O drama dos refugiados venezuelanos mostra a gravidade de ser conivente, como foram os governos petistas, com um regime que assim trata sua população." [16-06-2017]			"todos os setores da população"	
"aparato repressivo"	"acólitos"	"São hoje pessoas enredadas em sérios problemas com a justiça de seus países, como Cristina Kirchner e Lula da Silva, ou simplesmente assumiram, sem qualquer pudor, sua vocação autoritária, como é o caso de Nicolás Maduro, na Venezuela" [23-07-2017]			"descontentamento popular"	
"chavismo"	"milитantes chavistas"	"Entre outros objetivos, a presidente do PT foi manifestar "apoio e solidariedade" ao governo de Maduro, frente ao que chamou de "violenta ofensiva da direita" [23-07-2017]				
"isolamento diplomático"	"incautos"	"Segundo a petista, "mais do que nunca necessitamos de um governo de esquerda de volta ao nosso país". No mesmo discurso, sem ruborizar, a senadora aproveitou para se solidarizar com as ditaduras da Venezuela, de Cuba e da Nicarágua." [24-07-2017]				
"aparências democráticas"		"Só apoiada pelos regimes Bolivarianos que ainda restam na América Latina, por Cuba e, no Brasil, pelo PT e pelo PCdoB." [26-07-2017]				

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos do Acervo Digital do *Estado de S. Paulo*

*Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>

A oposição política venezuelana é abordada sem evidenciar suas conexões ou origens na política doméstica ou internacional, diferente dos apoiadores do governo venezuelano, que sucessivamente são caracterizados como “chavistas” e apoiados pelos petistas no Brasil. É importante lembrar que Leopoldo López, mencionado por sua retomada para a prisão em 2017, participou do golpe de Estado liderado por Pedro Carmona contra o presidente Hugo Chávez, no que contavam com o apoio financeiro do *National Endowment for Democracy* e do *USAID* para custear gastos de grupos antigoverno em 2001 (MACLEOD, 2018). Exemplo como esse revela a tática discursiva de aplicar os fatos desejáveis e excluir apontamentos incômodos. Além disso, as características funcionais atribuídas pelo *Estadão*, que contrastam oposição e apoiadores do governo acabam por tornar esse último em ator monolítico, baseado numa vontade coletiva destituída da capacidade de realizar cálculos políticos e automaticamente subalterna ao governo venezuelano.

A presença de substantivos que descrevem o governo Maduro, seus aliados e a Constituinte, se assemelham com os observados na *Folha*, destarte a adição de alguns outros. O “nós” definido pelos dois jornais conta com a atuação do MRE e dos organismos internacionais — OEA e Grupo de Lima — além dos atores da oposição venezuelana, que de maneira lícita ou não mobilizam-se em torno da destituição do governo Maduro para alcançar a retomada das instituições democráticas. Os traços que exibem a avaliação dos jornais expressam suas atitudes e evocam modelos sociais que enquadram a visão dos leitores no sentido desejado de leitura proposto pelos editores, ainda que haja a ressalva das divergências ideológicas entre público e comunicador, o potencial da imprensa em propor assuntos e opiniões é notável (ACHUGAR, 2004). Outro importante destaque deve ser dado na intertextualidade dos editoriais que ressaltam paráfrases dos atores inseridos no “nós” e que legitima a posição do jornal, função que se apresenta ainda mais nos editoriais do *Estadão*. Portanto, essa estratégia discursiva já expressa a interação positiva entre os jornais avaliado e o tratamento do governo brasileiro no caso da Assembleia Constituinte.

Entende-se, portanto, que enquanto a *Folha* produz menos editoriais, expressando uma certa “indiferença” e menor interesse pelo tema, o *Estadão* procura exibir o caso venezuelano com maior grau de paralelismo político, isto é, na medida em que opina sobre a política venezuelana e faz comparações constantes com a política doméstica brasileira, a fim de atender seus interesses.

4 A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA E A CRISE VENEZUELANA

Nesta seção serão utilizados os dados da pesquisa *Brasil, as Américas e o Mundo* desenvolvida pela Cebrap em parceria com a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do ABC. Aqui será tratado a crise venezuelana como tema de política internacional não-crítico em relação ao Brasil, visto que os maiores efeitos derivam da instabilidade política nacional e seus efeitos dissipadores sobre o continente latino-americano, além dos efeitos socioeconômicos que submetem as camadas sociais mais baixas a procurarem refúgio em outros países latino-americanos.

O *survey Brasil, Américas e o Mundo* (2019, no prelo) conta com resultados extraídos dois anos após a crise da Constituinte venezuelana entre maio e setembro de 2017, com universo amostral de 1849 entrevistados. Nas perguntas feitas aos respondentes, não há menções específicas que evidenciam a temática da Assembleia Constituinte diretamente, entretanto é possível avaliar o contexto político venezuelano em sua amplitude e produzir inferências e os possíveis fatores que podem afetar a esfera doméstica do Brasil — segundo o imaginário da opinião pública brasileira. Foi selecionado um conjunto de 9 perguntas em um total de 64, com base no critério de proximidade ao tema da crise venezuelana, no que permite identificar qual é o papel e o direcionamento da política externa como política pública no ideário da opinião pública; compreender o perfil eleitoral do público avaliado e sua correlação com o tratamento dado a Venezuela; e evidenciar o possível impacto das preferências ideológicas na formação das opiniões. Tais critérios permitem visualizar o comportamento da opinião pública e seu diálogo com a política externa.

Os dois primeiros candidatos identificados no eixo y da Tabela 4 apresentaram as maiores intenções de votos, tendo Jair Messias Bolsonaro e Fernando Haddad representado posições opostas do espectro político-ideológico, o primeiro referente à direita e o último à esquerda. Nesse sentido, o cruzamento dos dados representa a projeção de conflito que a Venezuela poderá gerar de acordo com as expectativas de diferentes bases. Dos 705 votos declarados a Bolsonaro, 300 acreditam que a Venezuela será o país que mais gerará conflito nos próximos 10 anos dentro da América Latina, o que representa 42,5% da contagem total. Por outro lado, dos 423 eleitores de Haddad, 139 desses conjecturam negativamente o futuro da Venezuela, o que representa 32,8% da contagem total.

A Tabela 5 analisa a contagem de entrevistados que se identificam nos diferentes espectros ideológicos e identifica os estratos socioeconômicos respectivos de cada um com base na renda domiciliar. Para o enquadramento das diferentes rendas faz-se uso do Critério Brasil de 2018. Quanto às disposições da escala de 0 até 100 no campo ideológico, a esquerda representa a sequência de 0 à 40, o centro de 41 à 60 e a direita dispõe o restante da pontuação crescente. Nas análises comparativas constatou-se baixa variação percentual entre os eixos. A avaliação com maior amplitude percentual se encontra na Classe C1 com 5,5%, isto é, quando avaliamos apenas os posicionamentos ideológicos. Além disso, vale observar o alto percentual de entrevistados que não souberam indicar qualquer número na escala (14,7%), estando apenas um pouco (4,8%) atrás do contingente que apontado na esquerda. Assim, a relação estrato-socioeconômico e posicionamento ideológico possui variação pouco expressiva — ainda que apresente maior desvio padrão amostral na Classe C1 com 44,5 na contagem.

Tabela 4 – Cruzamento de dados: tendências eleitorais e ideológicas e as perspectivas internacionais brasileiras

Questão 55: Em quem o senhor/senhora votou no primeiro turno da eleição presidencial de 2018? Questão 42b: Qual país vai gerar mais conflito?

Candidatos	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Guatemala	México	Nenhum (ESPONTÂNEA)	NR	NS	Outro	Peru	Venezuela	Total Geral
1 Jair Bolsonaro	47	31	17	17	100	4	22	3	5	130	26	3	300	705
2 Fernando Haddad	36	44	16	24	44	6	16	1		84	8	5	139	423
3 Cabo Daciolo					1	2	1			2	1		9	16
4 Guilherme Boulos	1	2	1		1			2					5	12
5 Henrique Meirelles		1	1							1			1	4
6 Álvaro Dias	1			2	1					2		1	4	11
7 João Amoêdo		1			3	1				2	1		13	21
8 Geraldo Alckmin	1	2	1		2		1			10	1		11	29
9 Marina Silva	1	2	1	1	2	1	1	1		7		1	7	25
10 Ciro Gomes	2	8	3	3	8		2			16	1		50	93
Branco/Nulo	9	15	4	9	19	2	5		2	43	11	1	51	171
Não compareceu	22	24	7	12	38	4	11	4	2	69	11	8	88	300
NR		1											1	2
Outro. Qual?	3	7	1	3	2	1		1		10	1	1	7	37
Total Geral	123	138	52	71	221	21	59	12	9	376	61	20	686	1849

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos da Pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo (2019, no prelo)

Tabela 5 – Cruzamento entre espectro político e renda familiar: há correlação?

Questão 56 “ Em uma escala de 0 até 100, em que 0 significa politicamente associado a esquerda e 100 a direita, onde o senhor/senhora se colocaria? ”; Questão 59b: “O senhor/senhora poderia me dizer qual a renda aproximada de sua família”

*Contagem entre parênteses

Espectro político	Classe E	Classe D	Classe C2	Classe C1	Classe B2	Classe B1	Classe A	Não possui renda	NR	NS	Total Geral
Esquerda (0-40)	(27)7,46%	(99)27,35%	(87)24,03%	(64)17,68%	(31)8,56%	(7)1,93%	(1)0,28%	(4)1,10%	(6)1,66%	(36)9,94%	(362)100,00%
Centro (41-60)	(25)5,03%	(130)26,16%	(138)27,77%	(104)20,93%	(40)8,05%	(19)3,82%	(2)0,40%	(2)0,40%	(8)1,61%	(29)5,84%	(497)100,00%
Direita (61-100)	(49)7,42%	(148)22,42%	(151)22,88%	(153)23,18%	(70)10,61%	(20)3,03%	(1)0,15%	(10)1,52%	(10)1,52%	(48)7,27%	(660)100,00%
NR		(19)32,76%	(9)15,52%	(11)18,97%	(4)6,90%	(3)5,17%		(1)1,72%	(5)8,62%	(6)10,34%	(58) 100,00%
NS	(17)6,25%	(90)33,09%	(57)20,96%	(34)12,50%	(25)9,19%	(4)1,47%		(3)1,10%	(4)1,47%	(38)13,97%	(272)100,00%
Total Geral	(118)6,38%	(486)26,28%	(442)23,90%	(366)19,79%	(170)9,19%	(53)2,87%	(4)0,22%	(20)1,08%	(33)1,78%	(157)8,49%	(1849)100,00%

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos da Pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo (2019, no prelo)

Inicialmente, é importante observar a alta impopularidade da Venezuela (Tabela 6). Na coluna “Pouco favorável” destaca-se outra análise importante: a “esquerda” apresenta maior rejeição do que o “centro” e a “direita”. Mesmo os que não responderam no eixo do espectro ideológico, desses 55,2% declaram ser “Pouco favorável” à Venezuela. Constatase então a baixa correlação entre o espectro ideológico e a mudança nos humores quanto à Venezuela, pelo contrário, há um certo consenso no tratamento concedido com base no cruzamento dessas variáveis. O dado consenso observado no cruzamento das diversas variáveis que separam a opinião pública estão em sintonia com os humores e atitudes da política externa brasileira e dos periódicos avaliados. Entretanto, não há indícios de que a formação dessa opinião pública tenha ocorrido pela influência da mídia impressa ou até mesmo dos tomadores de decisão, visto os dados apresentados anteriormente. É importante destacar que há outros veículos de informação que não foram considerados nessa avaliação, como as mídias sociais.

A coluna referente à questão 2 na Tabela 7 abaixo exhibe os resultados totais dos respondentes, e objetiva apontar a relação de opiniões baseadas no interesse sobre os assuntos internacionais. Nesse caso, há uma diferença de 10,2% entre o conjunto dos interessados (“Muito interessado” e “interessado”) e o conjunto dos menos interessados (“Pouco interessado” e “nada interessado”), no que afere, de fato, em interesse levemente moderado por parte da opinião pública no geral. Por outro lado, a contagem em “Ter participação ativa” demonstra que a busca por maior inserção internacional do Brasil atende os interesses da maioria da opinião pública, segundo a pesquisa. Ainda assim, não é possível descartar o fator interesse, pois é notável que o maior percentual de “Manter-se longe dos assuntos mundiais” provém dos respondentes de “Nada interessado” com 20,2% dado o total da linha correspondente.

Tabela 6 – Cruzamento de dados: espectro ideológico e o tratamento da opinião pública sobre a Venezuela

Questão 56: “Em uma escala de 0 até 100, em que 0 significa politicamente associado à esquerda e 100 a direita, onde o senhor/senhora se colocaria?”; Questão 28K: “Agora vou pedir que o senhor/senhora me diga sua opinião sobre [a Venezuela]. Dê uma nota de 0 a 100 [...], onde 100 significa uma opinião muito favorável E 0 UMA OPINIÃO POUCO FAVORÁVEL”

***Contagem entre parênteses**

Espectro político	<i>Pouco favorável (0-25)</i>	<i>Menos favorável (26-50)</i>	<i>Mais favorável (51-75)</i>	<i>Muito favorável (76-100)</i>	<i>NR</i>	<i>NS</i>	<i>Total Geral</i>
Esquerda	(202)55,80%	(97)26,80%	(17)4,70%	(29)8,01%	(1)0,28%	(16)4,42%	(362)100,00%
Centro	(264)53,12%	(126)25,35%	(31)6,24%	(41)8,25%	(1)0,20%	(34)6,84%	(497)100,00%
Direita	(322)48,79%	(187)28,33%	(46)6,97%	(44)6,67%	(4)0,61%	(57)8,64%	(660)100,00%
NR	(32)55,17%	(15)25,86%	(3)5,17%	(4)6,90%		(4)6,90%	(58)100,00%
NS	(104)38,24%	(91)33,46%	(35)12,87%	(22)8,09%	(2)0,74%	(18)6,62%	(272)100,00%
Total Geral	(924)49,97%	(516)27,91%	(132)7,14%	(140)7,57%	(8)0,43%	(129)6,98%	(1849)100,00%

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos da Pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo (2019, no prelo)

Tabela 7 – O interesse público e as preferências na orientação internacional

Questão 2: “Em geral, quanto o interessam os assuntos: (internacionais)”; *Questão 13: “Em sua opinião, o que é melhor para o futuro do Brasil: ter participação ativa ou manter-se longe dos assuntos mundiais?”*

***Contagem entre parênteses**

	<i>Ter participação ativa</i>	<i>Manter-se longe dos assuntos mundiais</i>	<i>Nem um, nem outro (ESPONTÂNEA)</i>	<i>Indiferente (ESPONTÂNEA)</i>	<i>NR</i>	<i>NS</i>	<i>Total Geral</i>
Muito interessado	(368)93,40%	(22)5,58%	(3)0,76%			(1)0,25%	(394)100,00%
Interessado	(400)93,02%	(26)6,05%				(4)0,93%	(430)100,00%
Pouco interessado	(570)87,69%	(69)10,62%	(1)0,15%	(1)0,15%		(9)1,38%	(650)100,00%
Nada interessado	(262)72,38%	(73)20,17%	(1)0,28%	(1)0,28%	(1)0,28%	(24)6,63%	(362)100,00%
NS	(8)72,73%					(3)27,27%	(11)100,00%
NR	(1)50,00%	(1)50,00%					(2)100,00%
Total Geral	(1609)87,02%	(191)10,33%	(5)0,27%	(2)0,11%	(1)0,05%	(41)2,22%	(1849)100,00%

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos da Pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo (2019, no prelo)

Para avaliar os resultados do cruzamento desses dados (Tabela 8), será utilizada a tipologia criada por Ruivo (2015) para avaliar a opinião pública sobre política externa no Brasil. Essa última pesquisa baseou-se na tipologia feita por Wittkopf (1990) e a partir de uma série de condicionantes extraídos da pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo de 2011. Os quadrantes resultantes dessa tipologia são: isolacionistas; internacionalista *hardline*; internacionalista moderado; e internacionalista *softline*. A primeira linha da tabela se encaixa no quadrante internacionalista *softline* pois remete à adoção dos princípios de não intervenção e do uso da diplomacia em contraposição a utilização do poder bélico. Na segunda linha os resultados condizem com o subgrupo dos *hardline* ou linha dura, que de acordo com Ruivo (2015) compreende o rompimento diplomático com outros países. Por último estão os isolacionistas, que preferem não se envolver nos assuntos internos de outros países.

O que primeiro se observa é o alto grau de adoção da opinião pública acerca de um posicionamento voltado para a participação ativa em organismos internacionais em respeito às normas do direito internacional, esses se enquadram na categoria internacionalista moderado. O número sutilmente maior de isolacionistas permite afirmar que boa parte da opinião pública acredita que o Brasil necessita de uma política externa ativa (questão 13), mas não almeja a participação do país em mediações que possam levar a conflitos. Os *hardline* se encontram em menor número (9,9%). O cruzamento dos dados quanto a descrição das relações entre Brasil e Venezuela demonstra que não há correlação suficiente entre as opiniões quanto as violações aos Direitos Humanos e o tratamento quanto a Venezuela, o que de fato existe é uma distribuição percentual equilibrada ao longo das colunas.

Tabela 8 – Tratamento dado a violação dos direitos humanos e a Venezuela

Questão 32. Muitos países desrespeitam os direitos humanos. O que o senhor/senhora acha que o Brasil deveria fazer em relação a esses países? Questão 29_9 O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a [Venezuela] é de amizade, sociedade, rivalidade ou uma ameaça?

***Contagem entre parênteses**

	<i>Amizade</i>	<i>Rivalidade</i>	<i>Sociedade</i>	<i>Ameaça</i>	<i>NR</i>	<i>NS</i>	<i>Total Geral</i>
Deve procurar organismos como a ONU, para pressionar este país;	(200)25,67%	(126)16,17%	(209)26,83%	(179)22,98%	(4)0,51%	(61)7,83%	(779)100,00%
Deve romper relações diplomáticas com esse país;	(44)24,04%	(19)10,38%	(46)25,14%	(51)27,87%		(23)12,57%	(183)100,00%
Não deve se envolver nos assuntos internos deste país;	(200)25,16%	(123)15,47%	(167)21,01%	(213)26,79%	(2)0,25%	(90)11,32%	(795)100,00%
NR	(2)33,33%			(1)16,67%	(2)33,33%	(1)16,67%	(6)100,00%
NS	(7)8,14%	(3)3,49%	(5)5,81%	(14)16,28%	(1)1,16%	(56)65,12%	(86)100,00%
Total Geral	(453)24,50%	(271)14,66%	(427)23,09%	(458)24,77%	(9)0,49%	(231)12,49%	(1849)100,00%

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos da Pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo (2019, no prelo)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todas as secções foi discutido a atuação individual de cada um dos atores da triangulação, assim como foi feito o exame de suas interações. Viu-se que na política externa do período Temer foi priorizada a agenda econômica, tendo papel reduzido organismos como a UNASUL e o Mercosul, isto também associado a conjuntura da política doméstica brasileira de instabilidade política perante um processo de Impeachment recente. A *Folha* e o *Estado de S. Paulo*, com seu discurso ideológico de poder, demonstraram seu papel como vetor informativo contrário aos embates políticos na Venezuela, entretanto, seus interesses são claramente diferentes, dada a abordagem e grau concedida por cada um. Por último, constatou-se que a opinião pública brasileira não parece ser muito afetada pelas variáveis socioeconômicas ou ainda ideológicas, pois foi observado relevante grau de proporcionalidade entre os resultados. Em geral, a opinião pública encara a Venezuela de maneira negativa, no que também vislumbra possíveis conflitos relacionando o país, conforme destaca a Tabela 4, descrita na página 31.

Mesmo com a semelhança ideológica e discursiva entre os dois jornais paulistanos, é possível compreender que as percepções sobre o tema e seus interesses são divergentes. Viu-se, em um dos exemplos, nas Figuras 2 e 3 (página 22), que a *Folha* adotou uma postura mais indiferente, enquanto o *Estadão* utilizou o paralelismo político — conectando elementos da política venezuelana com o Partido dos Trabalhadores no Brasil — com grau de assiduidade maior. O presente estudo de caso observa que não há uma abordagem monolítica do tema no olhar dos principais grupos midiáticos brasileiros. Neste sentido, conclui-se que novos estudos de caso sobre esses atores contribuiriam para aprofundar e expandir a análise sobre a estrutura midiática brasileira e seus impactos na política externa e opinião pública brasileira. Ainda, o paralelismo político contido nos editoriais dos jornais não está presente nos discursos do MRE, uma vez que o teor dos discursos analisados indica a defesa da democracia e do diálogo entre oposição e governo. Tal indicativo expressa os interesses da mídia em veicular notícias internacionais com possíveis conexões domésticas, visto que o jornal reconhece o maior interesse do público pelas matérias internas, conforme expresso na Tabela 7 (página 33).

Quanto ao tratamento dado sobre as violações dos direitos humanos, o MRE adotou a postura de recorrência a organismos internacionais e de não interferência nos assuntos domésticos no caso da Venezuela. Ambas estratégias do MRE estão de acordo com o maior número de respondentes na Tabela 8 (página 34), isto é, entre aqueles que optaram por “procurar organismos como a ONU” e “não deve se envolver nos assuntos externos [...]” No entanto, vale

observar que a retórica crítica do governo brasileiro de “restauração do estado democrático de direito” pode fragilizar as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela. Nesse sentido, o governo brasileiro, ao invés de adotar medidas que, de fato, gerem diálogos pacíficos, pode acabar provocando o possível rompimento com um dos seus antigos parceiros comerciais de grande relevância. Por sua vez, o rompimento diplomático entre os países estaria em desacordo com a opinião pública, como fica evidente na Tabela 8, dado o baixo percentual de entrevistados que optaram por “romper relações diplomáticas [...]” Como já mencionado, os editoriais de ambos jornais estão alinhados com as decisões do governo brasileiro.

Em sentido geral, o contraste ideológico da opinião pública brasileira, demonstrado nas Tabelas 5 e 6, não ocasionou nitidamente na variação das opiniões acerca da Venezuela, isto é, os sentimentos pouco favoráveis estiveram presentes de maneira proporcional e regular em todos os entrevistados adeptos de ideologias. Assim como os votantes de candidatos de esquerda ou da direita, representados na Tabela 4, que traduzem tratamentos semelhantes entre si. Nesse sentido, a opinião pública atribui uma visão “pouco favorável” e “menos favorável” em sua maioria, tais sentimentos se associam, em certa medida, com as ideias defendidas pelos jornais. No que diz respeito a orientação de projeção internacional, a opinião pública adere de forma positiva aos estímulos internacionais, visto que a maioria demonstra interesse por maior inserção internacional como deixa claro a Tabela 6 (página 33). Este último resultado destoa com as teses de Almond (1950) e Lippmann (1998) quanto a volatilidade do público entre isolacionismo e internacionalismo, mas o relativo baixo interesse pelos temas de política externa também implica no reduzido potencial de impacto sobre as decisões políticas.

Desse modo, defende-se a hipótese de que a conformação dos sentimentos negativos sobre a Venezuela, presentes nos três atores, não é resultado de uma relação causal, na medida em que as inferências obtidas apontam para a pouca troca de influências entre os atores, pois os esforços realizados para a comunicação entre esses atores são mínimos e delimitados por seus interesses divergentes. Não houveram evidências suficientes que comprovem o impacto substancial dos tomadores de decisão e da mídia sobre a opinião pública, sendo o contrário também verdade. Apesar dos grandes periódicos refletirem os interesses de leitores que constituem um subgrupo da elite econômica do país, não foi aqui avaliado os interesses desses setores quanto ao caso venezuelano. É importante destacar que os mecanismos para estabelecer uma relação causal entre os efeitos da mídia sobre a opinião pública são, em sua grande maioria, insuficientes para gerar afirmações contundentes, ainda que falseáveis. Portanto, a aproximação entre os dados permite apenas a produção de inferências para a constituição da hipótese aqui defendida.

Dando continuidade a hipótese, no caso do acompanhamento editorial dos jornais já citados sobre a Assembleia Constituinte venezuelana de 2017, uma importante contribuição é adquirida nas conclusões de Mermin (1997) que observa a mídia como ator potencial no campo da política externa. No entanto, as evidências encontradas sobre o caso da guerra civil na Somália é de que os *jornalistas enquadram as notícias e relatórios em colaboração com agentes políticos* (grifo nosso). Dessa forma, o efeito CNN seria, no máximo, uma relação mutuamente constitutiva na política externa americana. As evidências encontradas no caso brasileiro apontam para efeito semelhante, visto que a mídia apresenta uma postura de alinhamento pragmático acerca das decisões do MRE em torno da Venezuela. Quanto aos tomadores de decisão, não foram encontrados indícios de que a mídia impactou qualquer parte do processo decisório. Soma-se a isto as declarações do ex-ministro Celso Amorim que colaboram com a ideia da mídia e da opinião pública sendo atores de baixa influência decisória, ainda mais em ocorrências consideradas não-críticas envolvendo o contexto latino-americano.

As demonstrações nos discursos dos Ministros do MRE, durante o governo Temer, refletem o discurso de poder, pois utilizar uma narrativa de “desideologização”, mesmo quando há estratégias e objetivos imbuídos de uma ideologia contrária, configura um cenário de diferenciação como algo que expressa a ideia de melhoria. Desse modo, a abordagem da mídia e do governo Temer obtiveram algum nível de associação, embora as declarações no campo da política externa expressem apenas linhas gerais, ao contrário da minúcia e do paralelismo político mais assíduo por parte da imprensa.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Mariana. The events and actors of 11 September 2001 as seen from Uruguay: analysis of daily newspaper editorials. **Discourse & society**, v. 15, n. 2-3, p. 291-320, 2004.

ALMOND, Gabriel Abraham. The American people and foreign policy. 1950.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Entrevista concedida para Túlio Sérgio Henriques Ferreira. 2020. No prelo.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

BAUM, Matthew A.; POTTER, Philip BK. The relationships between mass media, public opinion, and foreign policy: Toward a theoretical synthesis. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 11, p. 39-65, 2008.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Case study methods in the international relations subfield. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 2, p. 170-195, 2007.

BRASIL, CORTES DO CRITÉRIO. Critério de classificação econômica Brasil. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)**, 2016.

BRASIL, CORTES DO CRITÉRIO. Critério de classificação econômica Brasil. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)**, 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Pesquisa brasileira de mídia 2016 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. **Secom Brasília**, 2016. 120 p. ISBN: 978-85-85142-60-5

BREWER-CARÍAS, Allan R.; GARCÍA SOTO, Carlos. Estudios sobre la Asamblea Nacional Constituyente y su inconstitucional convocatoria en 2017. **Caracas: Jurídica Venezolana**, 2017.

CANNON, Barry; BROWN, John. Venezuela 2016: the year of living dangerously. **Revista de Ciencia Política**, v. 37, n. 2, p. 613-633, 2017.

CASPARY, William R. The "mood theory": A study of public opinion and foreign policy. **The American Political Science Review**, v. 64, n. 2, p. 536-547, 1970.

CATER, Douglass et al. **Fourth branch of government**. 1959.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. Brasil, as Américas e o Mundo. 2019. No prelo.

COHEN, Bernard Cecil. **Press and foreign policy**. Princeton university press, 2015.

DE LIMA, Maria Regina Soars. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto internacional**, v. 22, n. 2, p. 265, 2000.

DE MIRANDA, Samir Perrone. A "nova política externa brasileira" de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 126-138, 2019.

FOYLE, Douglas C. Public opinion and foreign policy: elite beliefs as a mediating variable. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 141-169, 1997.

HOLSTI, Ole R. **Public opinion and American foreign policy**. University of Michigan Press, 2004.

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO. **Posição Participação e Evolução das Publicações**. 2000-2018. Acesso em: 11 de janeiro de 2020. Não publicado

KIRKPATRICK, Erika. Visuality, photography, and media in international relations theory: A review. **Media, War & Conflict**, v. 8, n. 2, p. 199-212, 2015.

KNECHT, Thomas; WEATHERFORD, M. Stephen. Public opinion and foreign policy: The stages of presidential decision making. **International Studies Quarterly**, v. 50, n. 3, p. 705-727, 2006.

LIPPMANN, Walter. Public opinion. Transaction Publishers, 1998.

LLORENS, Manuel. Dolor país, versión Venezuela: Las protestas de 2017 y sus secuelas. **Nueva Sociedad**, n. 274, p. 71-82, 2018.

MACLEOD, Alan. **Bad News from Venezuela: twenty years of fake news and misreporting**. Routledge, 2018.

MALEK, Abbas (Ed.). **News media and foreign relations: a multifaceted perspective**. Greenwood Publishing Group, 1997.

MERMIN, Jonathan. Television news and American intervention in Somalia: The myth of a media-driven foreign policy. **Political science quarterly**, v. 112, n. 3, p. 385-403, 1997.

MILLER, Derek. **Media pressure on foreign policy: The evolving theoretical framework**. Springer, 2007.

MOWLANA, Hamid. The media and foreign policy: A framework of analysis. **News media & foreign relations: A multifaceted perspective**, p. 29-41, 1997.

RESENHA, DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. RPEB nº 120, p. 219, 2017.

RESENHA, DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. RPEB nº 121, p. 259, 2017.

ROBINSON, Piers. The CNN effect: can the news media drive foreign policy?. **Review of international studies**, v. 25, n. 2, p. 301-309, 1999.

_____. The role of media and public opinion. **Foreign policy: theories, actors, cases**, p. 137-154, 2008.

RODRIGUEZ-DOMINGUEZ, Maria. No Longer Activa e Altiya: Brazil's Foreign Policy Stumbles under Temer. **Council on Hemispheric Affairs**. URL: <http://www.coha.org/wp-content/uploads/2017/11/Mari-Rodriguez-Policy-Under-Temer-1.pdf> (accessed: 01.10.2018), 2017.

RUIVO, Mariana Maia. **Opinião pública e política externa: criação de uma tipologia brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SARAIVA, Miriam Gomes. The democratic regime and the changes in Brazilian foreign policy towards South America. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 3, 2020.

SHAPIRO, Robert Y.; PAGE, Benjamin I. Foreign policy and the rational public. **Journal of Conflict Resolution**, v. 32, n. 2, p. 211-247, 1988.

SILVA, Eneko Compains. Venezuela: el debate sobre la legitimidad constitucional de la convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente realizada por el presidente Nicolás Maduro el 1 de mayo de 2017. **Revista Vasca de Administración Pública. Herri-Ardulararitzako Euskal Aldizkaria**, n. 111, p. 249-269, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 1998.

VENEZUELA. Constituição (1999). Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas.

VENEZUELA. Decreto nº 2878, de 23 de maio de 2017. Decreto N° 2.878, mediante el cual se establecen las Bases Comiciales para la Asamblea Nacional Constituyente. **GACETA OFICIAL**, Caracas, n. 41.156. 2017.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos Parlamentares (Sociologia do Estado). In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1999. V. II, p. 517-580.

WITTKOPF, Eugene R. **Faces of internationalism: Public opinion and American foreign policy**. Duke University Press, 1990.

XYDIS, Stephen G. The Press in World Politics and in the Conduct of Foreign Policy. **Journal of International Affairs**, p. 201-210, 1956